

O QUE NOSSA RELAÇÃO COM OS ARQUIVOS CIENTÍFICOS PODE APRENDER COM OS ARQUIVOS LITERÁRIOS?

WHAT CAN OUR RELATIONSHIP WITH SCIENTIFIC COLLECTIONS LEARN FROM LITERARY COLLECTIONS?

Antonio Herculano Lopes¹

RESUMO

Existe uma longa tradição de usar acervos pessoais de literatos para o estudo, a preparação de publicações e a crítica literária, que podem ter impacto no desenvolvimento de teorias e de análises históricas. A mesma atenção não costuma ser dada para os arquivos científicos. Este texto pretende explorar a riqueza e importância daquela tradição para propor que dados da subjetividade, hesitações, mudanças de rumo e outros acidentes de percurso de um cientista, surpreendidos nos seus papéis, também podem resultar em leituras mais ricas de sua produção. O arquivo de Sandra Jatahy Pesavento, historiadora que se debruçou sobre as sensibilidades, é um teste particularmente promissor para essa aposta.

Palavras-chave: Arquivo literário. Arquivo científico. Crítica literária. Autoria. Sensibilidades.

ABSTRACT

There is a long tradition of using the personal collections of literary writers to study, prepare texts for publishing, and do literary criticism, which can have an impact over theoretical developments and historical analyses. The same attention is not often given to scientific archives. This paper intends to explore the richness and importance of that tradition in order to propose that data of subjectivity, hesitations, changes of course, and other "road accidents" found in a scientist's personal archive can also result in richer readings of her/his production. The archive of Sandra Jatahy Pesavento, a historian who focused on sensitivities, is a particularly promising test for this bet.

Keywords: *Literary archive. Scientific archive. Literary criticism. Authorship. Sensitivities.*

INTRODUÇÃO

Quem visitasse o apartamento de Sandra Jatahy Pesavento em Porto Alegre, logo poderia perceber seu espírito organizado e sistemático por sua biblioteca, além de admirar sua enorme produtividade, ao ser apresentado à seção em que estavam as publicações de sua autoria. Quando, após sua morte, a família decidiu doar seu arquivo privado ao Instituto Histórico e Geo-

¹ Doutorado em Performance Studies pela New York University, Estados Unidos (1999). Presidente do Comitê Científico do IRBaec da Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasil.

gráfico do Rio Grande do Sul, a real dimensão dessa organização e sistematicidade surpreendeu até os mais íntimos. A professora registrou e guardou cuidadosamente cada passo de sua trajetória profissional, incluindo planos de aula, notas de leitura, reflexões sobre teoria e metodologia, primeiras versões de escritos, minutas de projetos de pesquisa e por certo uma infinidade de outras coisas que poderão ser descobertas, a partir do momento em que os pesquisadores de sua obra se debruçam sobre a grande quantidade de caixas que ocupam várias prateleiras no IHGRGS. Ainda restam de fora uma quantidade de documentos mais pessoais, inclusive correspondência, que a família, compreensivelmente, preferiu preservar do acesso público por um tempo mais longo.

Ao ter conhecimento desse material, logo me ocorreu o quanto já é estabelecida a importância de registros pessoais dessa ordem no meio literário e artístico — basta pensar nos acervos de um Mário de Andrade, de um Guimarães Rosa ou de uma Anita Malfatti no Instituto de Estudos Brasileiros da USP, nos inúmeros acervos de escritores modernistas sob a guarda da Casa de Rui Barbosa, nos de fotógrafos no Instituto Moreira Salles, em Villa-Lobos e Portinari, com instituições próprias, ou nos ricos acervos de Oswaldo Goeldi espalhados em diferentes instituições, todos muito procurados e utilizados pelos estudiosos. Não que não existam os equivalentes nas áreas científicas, mas raramente são utilizados pelo que revelam da subjetividade, de uma história privada de seus produtores, a não ser em caso de estudos de natureza biográfica. Tais reflexões foram sem dúvida influenciadas pelo interesse que Pesavento dedicou nos últimos anos de sua vida a uma história das sensibilidades e a todas as chamadas “viradas” que marcaram os estudos sociais nas últimas décadas, começando pela virada linguística. A falácia da pura objetividade está hoje bastante estabelecida, ainda nas áreas mais “duras” da ciência, o que no entanto ainda pouco resultou no sentido de se entender o quanto emoções, desejos, interesses e sentidos marcam toda produção humana.

Este ensaio nasceu, assim, da provocação suscitada pelo pensamento e pelo legado memorialístico de Sandra Jatahy Pesavento. Busco nele identificar na longa experiência histórica da importância que os acervos literários tiveram para o desenvolvimento de áreas de conhecimento que se debruçam sobre o fazer literário para pensar sobre sua aplicabilidade na exploração de acervos científicos, em especial os da área das humanidades.

1 Coleções, bibliotecas, arquivos - uma longa história

O gesto de formar coleções da produção escrita parece ter surgido praticamente junto com a própria invenção da escrita no quarto milênio antes da era cristã, nas cidades-estados sumérias². No terceiro milênio, em cidades como Ur e Uruque, sob o patrocínio de reis e das elites, já existe uma atividade de estudiosos sobre textos que hoje chamaríamos de literários, formando verdadeiras escolas em torno de tal atividade. Essas práticas se espalharam pelos reinos e impérios subsequentes da região, chegando até à Grécia. Tanto a Nínive de Assurbanípal quanto a Babilônia de Nabucodonosor II contaram com importantes bibliotecas reais. No período helenístico, quando é criada a mais famosa e ambiciosa delas — a de Alexandria —, quase todas as cidades mais expressivas do Oriente Próximo possuíam a sua.

A Grande Biblioteca de Alexandria, criada pela dinastia ptolomaica do Egito, foi muito além da simples coleção de escritos, ao estar integrada a uma instituição pública de pesquisa e ensino chamada Mouseion, descrita como uma casa de música e poesia, que atraiu e formou a nata dos pensadores e estudiosos do mundo helênico, mais próxima do que viriam a ser as universidades europeias na Baixa Idade Média do que dos museus renascentistas. Além de outros muitos objetos de interesse, como a filosofia e a astronomia, o estudo dos textos literários clássicos para estabelecer edições fidedignas deu nascimento à disciplina da filologia.

A Biblioteca de Alexandria não possuía coleções de arte, hábito que o mundo moderno deve mais à família Médici a partir do século XIV em Florença. Mas a grande rival de Alexandria, a Biblioteca de Pérgamo, sim. Esta cidade grega, situada na Ásia Menor (hoje, a cidade de Bergama, na Turquia), além de uma também impressionante quantidade de livros, abrigava pinturas e esculturas. Foi em Pérgamo que se desenvolveu o uso do pergaminho, que veio a ser mais importante na difusão da cultura helenística do que o papiro, monopolizado pelo Egito.

No período romano, essas grandes bibliotecas com pretensões de serem universais entraram em decadência, acelerada pela ascensão do cristianismo, logo tornado religião oficial, num momento em que a filosofia não se distanciava da religião. Por outro lado, as bibliotecas públicas se multiplicaram, mas a sobrevivência dos escritos da Antiguidade se deveu muito mais à intensa prática dos copistas profissionais do Império e depois aos monges medievais, sem contar o importante papel exercido pela civilização islâmica.

2 Para esta revisão histórica, ver Macleod (2000) e Thomason (2005).

2 Os arquivistas de si mesmo e os arquivos literários

A disseminação de um interesse renovado pela literatura clássica e o surgimento de uma literatura humanista na Baixa Idade Média e no pré-Renascimento, com a poesia provençal, seguida de poetas da dimensão de Dante, Petrarca e Bocaccio, faz com que a posse de manuscritos literários volte a ser valorizada para fora dos muros dos mosteiros. Castro (2009) fala de três formas de preservação de manuscritos literários, que foram ganhando diferente importância ao longo do tempo: o colecionismo, o arquivo pessoal do escritor e a biblioteca pública. O primeiro caso, que já fora um importante motor para a formação das coleções da Antiguidade e sua evolução para as bibliotecas, ganha nos princípios da Idade Moderna fortes aliados privados, humanistas que disputam tais manuscritos como troféus, seja os recuperados do mundo antigo, seja os de escritores contemporâneos. É graças a esses colecionadores que nos chegam autógrafos como os de Petrarca, ambicionados pelo prestígio daquele que foi o primeiro a receber a *laurea poetas* desde os tempos da Roma imperial.

A invenção de Gutenberg em meados do século XV faz crescer de forma exponencial a circulação dos escritos, com consequências de peso nos campos jurídico e econômico. De um lado, a necessidade de se proteger o autor, de outro, a de garantir os interesses econômicos do editor levam ao surgimento de uma legislação específica, formando duas tradições jurídicas, a do *copyright* (direito de cópia, que aponta para a dimensão econômica) e a do *droit d'auteur* ou *Urheberrecht* (que aponta para a dimensão moral). O primeiro documento legal europeu nessa direção é o chamado Estatuto da Rainha Ana, da Grã-Bretanha e Irlanda, datado de 1710, que já levava em conta esse duplo aspecto da autoria: um direito econômico e um direito legal. Observe-se que, por longo tempo ainda, a prática das cópias manuscritas, em geral não autorizadas, se manteve como uma importante forma de circulação dos escritos. Isso é particularmente verdadeiro no teatro em que a necessidade das companhias de dispor de textos e a facilidade de escapar ao controle de autores e editores, em particular quando o texto viajava de um país para o outro, fez com que tal procedimento se prolongasse bem adentro do século XIX.

O sentido de autor evolui ao longo do século XVIII para a visão consagrada pelo Romantismo de um criador único, original e genial. Com isso, o manuscrito autógrafo, que era mais um fetiche restrito a colecionadores, ganha outro sentido, porque revela “a mão do autor”, no dizer de Chartier (2009), a obra autêntica, conforme foi elaborada. As noções de autoria e de autenticidade caminham juntas e se tornam ainda mais relevantes sob o ponto de vista econômico. É justo nesse movimento que surge a figura do arquivista de si mesmo e que ganha sentido a ideia de se constituírem arquivos literários, as duas outras formas de preservação mencionadas por Ivo Cas-

tro. O linguista português fala em bibliotecas públicas, por serem essas as instituições que em Portugal abrigam os arquivos literários, mas em outros países estes se autonomizaram, ganhando estatuto próprio.

Começemos pelos arquivistas de si mesmo, autores ciosos da preservação da integridade de suas obras, cujo caso mais emblemático é o de Goethe. Ele deixa instruções por escrito para que seus manuscritos, cartas e demais produções de seu arquivo pessoal sejam conservados. “Meus manuscritos, minhas cartas e meus arquivos merecem a maior atenção. [...] Por muito tempo, não se encontrará tão rica e variada coleção de um só indivíduo. [...] É a razão pela qual espero que sua conservação seja garantida.” (GOETHE apud CHARTIER, 2009, p. 18). Segundo Ivo Castro, Goethe foi “o escritor que, pela primeira vez, tomou a iniciativa de organizar o próprio espólio literário, com vista a utilização futura pelo mundo científico.” (CASTRO, 2009, p. 25). Seu acervo pessoal reunia duas das formas de proteção a manuscritos literários, pois além de arquivista de si mesmo, Goethe foi um colecionador dos papéis de outros escritores.

O passo natural que se seguiu foi a incorporação de tais coleções seja a instituições públicas, seja privadas de interesse público. Quando o conjunto documental de Goethe chegou às mãos da Grã-Duquesa Sofia, de Saxe-Weimar, ela criou o Goethe und Schiller Archiv (1885) e lhe deu a incumbência de editar as obras completas de Goethe, associando acervo e edição, modelo que se tornaria recorrente. Outros escritores na Europa se sentiram inspirados pelo exemplo, como Victor Hugo, que deixou em testamento “todos os manuscritos ‘e tudo o que vier a ser encontrado escrito ou desenhado’ pela sua mão à Biblioteca Nacional de Paris.” (CASTRO, 2009, p. 25). As famílias de Zola e de Flaubert, também doaram para bibliotecas públicas, os arquivos pessoais de seus entes célebres.

O impacto da existência dos arquivos literários sobre os estudos da área esteve muito ligado ao conceito romântico de autor e da conseqüente singularidade radical da obra, que fazia com que vida e obra se espelhassem a ponto de uma ausência de dados biográficos do autor poder ser suprida pela documentação abundante de seus escritos, que, dispostos em ordem cronológica, seriam capazes de dar a ver o ser humano por trás deles — como se buscou fazer com Shakespeare. Roger Chartier fala de um dispositivo fundamental para biografias literárias: “localizar os trabalhos na vida exige encontrar a vida nos trabalhos.” (CHARTIER, 2009, p. 21).

O século XX colocou em cheque o autor romântico e sua centralidade. Sob a sombra de Marx e Freud, condicionamentos sociais e psicológicos destronaram o ser genial, centrado, íntegro, que se faz presente no texto pelo gesto da mão que escreve, e complexificaram o entendimento de dualidades como vida e obra, indivíduo e sociedade, matéria e espírito. Um sinal claro disso são os tipos de instituições europeias criadas no pós-Segunda Guerra

Mundial para abrigarem os acervos literários nacionais. Tanto o Deutsches Literaturarchiv Marbach (Arquivo de Literatura Alemã de Marbach), fundado em 1955, quanto o Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine (Instituto Memórias da Edição Contemporânea/Imec), de 1988, na França, quanto ainda as coleções abrigadas pela Universidade de Reading, no Reino Unido, que abrigam sob o mesmo teto o Archive of British Publishing and Printing (Arquivo de Editoras e Tipografias Britânicas) e a Authors' Papers collection (coleção de Papéis de Autor) reúnem registros de autores e de editores, apontando para uma compreensão mais integrada da produção e de suas condições, inclusive as relações de poder em um contexto de globalização acelerada.

A evolução da crítica literária, dos estudos de linguagem, da historiografia e das ciências sociais foram trazendo novas perspectivas de análise e interpretação, como a materialidade do livro ou do manuscrito, a recepção da obra, também acompanhada de suas condições, as comunidades de produtores e receptores dentro de redes sociais, intelectuais e artísticas, o impacto de novas tecnologias e a aceleração e manipulação crescente dos processos de circulação das ideias. Tudo hoje conspira para um crescente apagamento de fronteiras disciplinares, que força o estudioso com pretensões de explicações mais amplas a romper com o paradigma da extrema especialização e se entregar a um esforço de erudição multidisciplinar. Falando da importância da erudição para a história cultural, Sandra Pesavento a define como “esse capital específico do historiador que deve estar à disposição para estabelecer toda a sorte de correlações possível entre um acontecimento dado e outros, de forma a revelar os significados.” (PESAVENTO, 2008, p. 118).

3 Um pouco de Brasil

Talvez o exemplo paradigmático a ser usado no Brasil para se pensar a questão dos arquivos literários e do trabalho filológico seja o da Casa de Rui Barbosa. Depois da morte do estadista brasileiro em 1923, o Governo Federal adquiriu a residência familiar, com sua preciosa biblioteca de 37 mil volumes e seu arquivo pessoal. Aberta ao público em 1930 como museu-biblioteca, a instituição recebeu a obrigação legal de fazer publicar as obras completas do patrono. O arquivo, que também se tornou de consulta pública, não era propriamente literário, com o perfil de um jurista e homem público, mas também de um cultor da língua, que se envolveu em afamadas polêmicas, em particular a que envolveu a linguagem do Código Civil. A preparação de textos para publicação e o lidar cotidiano com o acervo levou em 1952 à criação de um centro de pesquisa, com áreas de direito e filologia, a que se veio acrescentar uma de história, para lidar com a rica hemeroteca existente. A pesquisa era realizada por nomes consagrados em suas áreas disciplina-

res e foi a partir dos anos 1960, com a modernização burocrática promovida pela ditadura militar, associada ao desenvolvimento da pesquisa científica de corte acadêmico, que houve um movimento de profissionalização dessa atividade, com a contratação de jovens pesquisadores de formação universitária.

Em 1972, com a parceria entre um eminente colecionador, Plínio Doyle, que era funcionário da Casa, e um aclamado poeta arquivista de si mesmo, Carlos Drummond de Andrade, a literatura entrou na instituição pela porta da frente. Drummond, que frequentava a casa de Doyle não só aos sábados, quando aconteciam os saraus literários conhecidos como Sabadoyle, mas também em bases mais cotidianas, para explorar sua coleção, propôs ao amigo que criasse um “museu de literatura” na instituição em que trabalhava, ao qual o poeta estaria disposto a doar seu arquivo pessoal. Como o presidente da já então Fundação Casa de Rui Barbosa, Américo Lacombe, também fosse um conviva do Sabadoyle, a ideia rapidamente foi adotada e ganhou adeptos e doadores na confraria.

O Arquivo-Museu de Literatura Brasileira logo se tornou uma das principais coleções de arquivos pessoais do país, com muitos dos principais escritores modernistas brasileiros, entre os quais, além de Drummond, Manuel Bandeira, Vinícius de Moraes, Cecília Meireles e Pedro Nava. Mais ou menos no mesmo período, surgiam outras instituições congêneres, como o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), em 1962, com perfil literário e artístico, começando por atrair os modernistas paulistas, Mário de Andrade e Anita Malfatti à frente, mas também recebendo acervos de cientistas sociais, como Caio Prado Júnior; e o Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), com perfil mais próximo do arquivo de Rui Barbosa, de interesse maior para a pesquisa em história política. Tais divisões disciplinares pareciam fadadas a só se encontrar no infinito.

As mudanças epistemológicas que grassaram no campo das humanidades, com impacto também nas ditas ciências “duras”, já nos anos 1970, mas com repercussões maiores no Brasil a partir dos 80 e 90, levaram a que as ideias de verdade e de objetividade fossem colocadas em cheque, para dar passagem a perspectivas mais hermenêuticas e posições mais relativistas ou pluralistas, como o desafio colocado por White (1995), que equiparava formalmente a narrativa histórica e a ficcional. Gradualmente, as ciências humanas foram se voltando com interesse crescente para dimensões mais próximas na tradição às artes: imaginação, representações, emoção, sentidos, sensibilidades.

4 Sandra Jatahy Pesavento

Voltamos então ao nosso ponto de partida. Pesavento, que teve uma formação de historiadora marxista e, no começo de sua produção acadêmica se dedicou a temas clássicos dessa tradição, como as questões de classe, da produção e do trabalho, fez a sua guinada nos anos 1990 para a história cultural e mergulhou no imaginário e nas sensibilidades, ainda que seus atores continuassem com frequência a ser os excluídos do banquete.

Demos a palavra à historiadora gaúcha: em linha próxima do questionamento de White (1995), mas seguindo mais de perto a discussão empreendida por Ricoeur (1994-97), defende a aproximação entre a narrativa histórica e a literária, “mas [aquela] construindo uma ilusão controlada, pelos traços ou fontes e pela pretensão de verdade.” (PESAVENTO, 2008, p. 36). Ou seja, se ambas narrativas lidam com uma construção que envolve necessariamente algum grau de arbítrio, no caso da produção historiográfica o arbítrio da imaginação deve se ater aos limites estabelecidos pelos traços que nos foram deixados pelas vidas passadas. Em outra passagem, ela leva ainda mais adiante o desafio: “Há um lado do imaginário que se reporta à vida, mas outro que se remete ao sonho, e ambos os lados são construtores do que chamamos de real.” (PESAVENTO, 2008, p. 47).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ora, se a produção do conhecimento se faz tanto a partir do que convenciamos entender por dados do real como pelos produtos da imaginação e do sentimento, aqueles arquivos ligados a homens e mulheres de ciência deverão ser escrutinados tanto por aquilo que é dito como pelos não ditos, pelo sugerido, pelo desejo que escapa das entrelinhas, pelos sinais de autocensura, de hesitação. O que Pesavento defende na sua prática de pesquisa ao debruçar-se sobre o passado é o mesmo procedimento metodológico que nos deve orientar ao nos voltarmos para o arquivo cuidadosamente organizado e controlado que ela nos legou: “[...] o que se coloca na pauta de análise é a realidade do sentimento [...] mesmo que suas razões ou motivações [...] não tenham consistência real.” (PESAVENTO, 2008, p. 58).

Sandra Jatahy Pesavento nos deixou uma obra publicada densa, rica, provocativa, que tanto alimenta nossa inteligência por análises racionais rigorosas como encanta pelo domínio retórico da linguagem e pelo apelo à nossa imaginação e sensibilidade. Deixou-nos, aos que a conhecemos, memórias que aquecem o coração de tempos passados juntos, de viagens, de fruição e de dificuldades vividas em conjunto. O que de mais traiçoeiro nos legou, no entanto, é um arquivo de trabalho aparentemente frio, impassível testemunho de seu processo produtivo, parecendo revelar uma personalidade no absoluto controle de si e dos seus objetos de estudo. É essa esfinge que

hoje nos é dada a decifrar.

Esse trabalho, para além das restrições de deslocamento impostas pela pandemia da covid-19, ainda é dependente de um acesso direto ao acervo físico, além de dificultado pelo estágio ainda inicial da sua organização. O que se pode encontrar na página da internet do IHGRGS é um inventário inicial (<http://ihgrgs.org.br/arquivo.html>),³ que registra uma biblioteca de cerca de 5 mil títulos, mais um número não especificado de publicações digitais, e um fundo documental não quantificado, que abrange a trajetória profissional e a produção intelectual da historiadora. Este se encontra distribuído por em torno de 60 “caixas numeradas” (a numeração vai até 56, mas várias se desdobram em A e B), 23 “pastas suspensas numeradas” e “gavetas” (descritas como sendo de um “móvel de madeira embaixo das caixas”). A isso, acrescentam-se 8 “fardos com documentos grandes que não cabem nas gavetas”. Cada um desses dispositivos de guarda merece uma listagem com uma descrição genérica do conteúdo.

Se tais informações não são suficientes para propiciar uma análise maior da personalidade de Sandra Jatahy Pesavento, ao menos nos dão uma ideia da dimensão, abrangência e sistematicidade do labor dessa “arquivista de si mesma”, com registros que vão do “Caderno de História do colégio de SJP (Sandra aluna)”, na caixa 42, passando pelos “Trabalhos SJP como aluna” (provavelmente já na universidade), na caixa 32, e chegando a planos de aula como professora na graduação e na pós-graduação.

A recorrência de alguns temas é reveladora de seus interesses, como no caso das imagens. Encontramos, entre outras, uma caixa de caricaturas e imagens (nº 26); outra de “filmes e disquetes antigos de conteúdos diversos” (nº 34); uma sobre imagens urbanas, com a seguinte descrição: “Mapas de Porto Alegre, lugares onde passaram os 7 pecados, lâminas de lugares na cidade (Paris, Rio), pinturas – descrição dela de mapas e pinturas de Porto Alegre” (nº 50); e uma descrita como “Iconografia/Brésil Taunay e Denis. Pesquisa Museu Castro Maia” (nº 53).

Entre as pastas suspensas, chamam a atenção as de nº 14 (“Cartazes de cinemas – Memória Vera Cruz”), 15 (“Imagens de POA”) e 17 (“Exposição Paris Galerie de l’Arsenal – La ville et ses monuments”). Mas a grande surpresa é a pasta nº 9, descrita como de “Desenhos de SJP”) – possível material em que aquela personalidade tão racional, metódica e objetiva se dê a ver em aspectos da sua subjetividade, mais difíceis de alcançar nos registros de estudo. Não é a única pasta que promete revelações desse tipo. Há também uma de correspondência (nº 4), que ainda que se limite aos seus contatos acadêmicos, sempre traz uma potencial escrita de si, e uma descrita como “Família”, para espicaçar a curiosidade do investigador que esteja atrás das

3 Acesso em 1 de setembro de 2020.

sensibilidades daquela que tanto e tão bem teorizou sobre o tema. O desafio está colocado. Vamos ao trabalho.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Ivo. A casa fechada. **Escritos**: revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, ano 3, n. 3, p. 23-36, 2009.
- CHARTIER, Roger. A mão do autor: arquivos literários, crítica e edição. **Escritos**: revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, ano 3, n. 3, p. 7-22, 2009.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (IHRGS). **Arquivo**. c2020. Disponível em: <http://ihgrgs.org.br/arquivo.html>.
- MACLEOD, Roy. Introduction: Alexandria in history and myth. In: MACLEOD, Roy (org.). **The Library of Alexandria**: centre of learning in the Ancient World. Nova York: I. B. Tauris, 2000. p. 1-18.
- THOMASON, Alison Karmel. **Luxury and legitimation**: royal collecting in ancient Mesopotamia. Hampshire (Reino Unido): Ashgate, 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. v. 3. Campinas: Papirus, 1994-97.
- WHITE, Hayden. **Metahistória**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

Recebido em 17/06/2020

Aprovado em 12/11/2020